

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Imbuia Florestal S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Companhia foi constituída em 15 de abril de 2020 e tem sede em Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Evaristo da Veiga, nº 134 sala 101. A Companhia tem como acionista majoritário, com 99,99% das ações, o Fundo de Investimento em Participações - Lacan Florestal III. A Companhia tem por objetivo a realização, o manejo e a gestão de florestas plantadas para fornecimento de madeira de eucalipto, madeira de pinus e outras espécies visando geração de energia em usinas, extração de madeiras em florestas plantadas e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

A Companhia iniciou suas operações em dezembro de 2020, com o projeto de florestas plantadas de eucalipto para fornecimento de madeira para a indústria de geração de energia em usinas, comércio atacadista de madeira e de produtos e subprodutos florestais.

Atualmente estão vigentes projetos firmados com proprietários privados de áreas rurais e empresa de gestão florestal.

O crescimento esperado da Companhia tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com novos potenciais compradores de madeira de eucalipto e pinos, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía, aproximadamente, 2.613 hectares plantados no estado de Santa Catarina. Com isto, a Companhia registrou o valor de R\$ 12.590, relativo à formação de florestas em seu ativo biológico.

A administração da Companhia avalia, constantemente, as necessidades de caixa para suas operações, que podem ser obtidas por meio de empréstimos de terceiros, contribuições de capital e/ou empréstimos de acionistas. A administração da Companhia continuará dependendo do suporte financeiro dos seus acionistas para a execução do seu plano de negócio.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação dessas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.1.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como a área total plantada e arrendadas, seguros e meio ambiente, não foram examinados pelos auditores independentes.

2.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Valor justo dos ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda e quantidade cúbica de madeira, divulgados na Nota 5. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

(b) Imposto de renda e contribuição social

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos sobre a renda. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos forem devidos. Quando o resultado final, dessas questões, é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Valor presente dos contratos de arrendamento

O cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato é feito através

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do resultado do fluxo de caixa das obrigações futuras de cada contrato descontados a valor presente por uma taxa de desconto, que neste caso, conforme admitido pelo CPC 06 a companhia usa uma taxa de juros incremental, conforme detalhado na Nota XX.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistentes no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todos os valores divulgados nas as demonstrações e notas explicativas foram arredondados com a aproximação em milhares de reais, salvo indicação contrária.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3 Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado;

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. Atualmente a Companhia não possui este tipo de ativo financeiro.

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

. Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação geralmente é reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e correspondente são as seguintes:

Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas Equipamentos e Ferramentas	10 anos

Os valores residuais dos ativos, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revistos a cada encerramento do exercício financeiro e ajustados apropriadamente se houver indicação de uma mudança significativa desde a data do último balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas) líquidos" nas demonstrações do resultado.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia efetua análises sobre a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Na avaliação da administração, inexistem indicadores de *impairment*, sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Companhia.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas em formação e que serão mensuradas pelo valor justo menos os custos de venda. Durante a fase de desenvolvimento das florestas, as despesas de plantação e manutenção são capitalizadas e serão registradas nas demonstrações do resultado quando a madeira for extraída.

O valor justo dos ativos biológicos será determinado no momento do reconhecimento inicial e em cada data de balanço. Na variação do valor justo, os ganhos ou perdas serão determinados pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com a plantação e cultivo até a próxima avaliação, e serão registrados na demonstração do resultado como Ganho (perda) de alterações no justo valor deduzido dos custos das vendas.

3.7 Arrendamentos

Essa norma foi traduzida e normatizada no Brasil através da NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (pronunciamento técnico CPC 06 (R2)). Ela determina que a Companhia reconheça em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na celebração de contrato, deve-se avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Para fins contábeis, à luz do CPC 06(R2), será arredamento um contrato quando se identificar: (i) - um determinado ativo; (ii) - o direito de controle do uso deste ativo, de tal sorte que possa obter substancialmente todos os benefícios econômicos, direcionando seu uso; (iii) - prazo determinado para este uso; (iv) - uma contraprestação pelo uso deste ativo, que será fixa, podendo ainda conter variável, bem como multa e preço para eventual exercício no direito de compra.

A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a reapresentação dos saldos comparativos.

Na adoção da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

(i) o uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes;

(ii) a Companhia excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da adoção inicial.

3.8 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor pode ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão devido a passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

3.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

3.11 Capital social

(a) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando aplicáveis, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas financeiras abrangem as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As principais despesas financeiras abrangem despesas com multas e juros e despesas bancárias.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O método de tributação do imposto de renda e contribuição social é por meio da sistemática do lucro presumido e é calculado com base em leis tributárias que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas na data do balanço.

3.14 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - IFRIC 23/ICPC 22 -

A partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência a nova norma IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro. A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

A Companhia está em fase pré-operacional e não gerou resultado passível de tributação, sendo assim, as mudanças introduzidas pela norma, no momento, não trazem impacto em suas demonstrações financeiras.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos da Companhia serão corrigidos pelo IPCA (índice nacional de preços ao consumidor), acrescido de juros de 4% (quatro por cento) ao ano.. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Caixa e bancos	637	1
Aplicações financeiras (*)	4.439	8.947
	<u>5.077</u>	<u>8.946</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados em 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota 19.

5 Duplicatas a Receber

Com relação à carteira de clientes, a COMFLORESTA possui informações externas que possibilitam avaliar o cliente no mercado, tais como, volume de compra, restrições negativas e a partir dessas informações possui parâmetros para estabelecer o crédito e definir as garantias necessárias.

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
BERNECK	457	0
ARAUCO	165	0
CVG	24	0
SOLIDA	1.250	0
LINHA ATUAL	<u>217</u>	<u>0</u>
	2.113	0

6 Impostos a Recuperar

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
IRRF s/ aplicação Financeira	6	4
Pis a Recuperar	18	0
Cofins a Recuperar	83	0
	<u>107</u>	<u>4</u>

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Ativos biológicos

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Floresta para pré comercialização	3.627	0
Madeira Comercializável	8.503	12.590
Reflorestamento Implantação	798	0
Exaustão dos Ativos Biológicos	<u>-3.468</u>	<u>0</u>
	9.460	12.590

(i) O ativo foi adquirido com a avaliação a valor justo no dia 9 de dezembro de 2020, com uma área total de 2.613 hectares plantados, onde 229 hectares de eucalipto e 2384 de pinos.

8 Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em dezembro de 2020	5	5
Aquisições	16	16
Depreciação	<u>-0</u>	<u>0</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>20</u>	<u>20</u>

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Arrendamento

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Ativos de direito de uso		
Arrendamentos Fazendas	<u>11.599</u>	<u>12.110</u>
	<u>11.599</u>	<u>12.110</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	125	10.336
Não circulante	<u>1.784</u>	<u>1.908</u>
	<u>1.909</u>	<u>12.244</u>

Conforme descrito na Nota 3.7 a Companhia adotou o CPC 06(R2) e aplicou a norma de forma retrospectiva e com o efeito cumulativo da adoção registrado na data da aplicação inicial. Consequentemente, os períodos comparativos não foram rerepresentados.

Em dezembro de 2020, foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii) garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

O efeito da adoção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentado abaixo:

	<u>Terras</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.110	12.110
(-) Amortizações	<u>-511</u>	-511
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>11.599</u>	11.599

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos de arrendamento

A Companhia arrenda várias fazendas sob contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os contratos de arrendamento duram, em média, 14 anos. A maioria dos contratos de arrendamento são renováveis no final do período, a taxas de mercado. O preço é ajustado anualmente pelo índice IPCA.

<u>Fazendas</u>	<u>Data inicial</u>	<u>Area (ha)</u>	<u>Duração</u>
Altos Cedros	08/12/2020	130	32 anos
São João II	08/12/2020	37	32 anos
Caunal	08/12/2020	344	32 anos
Corredeiras	08/12/2020	38	32 anos
Lagoa do Alto Rio Preto	08/12/2020	54	32 anos
Lagoa dos Bufalos	08/12/2020	43	32 anos
Pocinho	08/12/2020	40	32 anos
Represa	08/12/2020	6	32 anos
Rio Bonito	08/12/2020	19	32 anos
São João do Rio Apá	08/12/2020	33	32 anos
Volta Grande	08/12/2020	953	32 anos
Butiá	08/12/2020	444	32 anos
Águas Claras	08/12/2020	61	8 anos
Butiá Famine	08/12/2020	14	9 anos
Campina da Espora	08/12/2020	202	7 anos
Rio dos Banhados	08/12/2020	195	7 anos

Na adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, conforme descrito na nota 3.7

Os passivos reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção, conforme apresentado a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto a.a. % (a)	Vencimento Final	Valor presente do passivo
Arrendamento Rural	9,38%	dezembro de 2052	<u>1.909</u> <u>1.909</u>

(a) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.244
Adições	0
Juros apropriados	1.095
Pagamentos	-11.430
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.909</u>
Circulante	125
Não Circulante	1.784

Taxa de desconto

A Companhia, por não ter condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, está utilizando taxa incremental.

Para determinação da taxa de desconto, a Companhia obteve cotações junto às instituições financeiras para contratos renováveis a cada período até que atinja os prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre.

A Companhia utilizou como expediente prático permitido pela norma o uso de uma taxa de desconto única para os arrendamentos com características razoavelmente semelhantes.

10 Fornecedores

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
ARBORGEN COM PRODUTOS FLORESTAIS	9	5
PROSSIGA CONTABILIDADE LTD	4	2
DEMAIS FORNECEDORES	<u>6</u>	5
	19	12

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a Recolher

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
ICMS a recolher	51	0
Contribuição Social a pagar	20	0
Impostos Retidos	<u>25</u>	<u>0</u>
	<u>96</u>	<u>0</u>

12 Adiantamento de Clientes

São representados por valores a receber relativos a venda de terras e adiantamentos de clientes no curso normal de suas operações conforme segue:

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
FOLHA VERDE FLORESTAL LTDA	11	0
KOALA ENERGY LTDA	18	0
MADEIREIRA EK LTDA	49	0
MADEIREIRA FERKALEO LTDA	1	0
MARWIAL COMERCIO DE MADEIRA E TRANSPORT	1	0
META 1 MADEIRAS E DERIVADOS - EIRELI	33	0
MOVEIS PAULO LTDA	7	0
SANTO ANTONIO COMERCIO DE CAVACOS EIRELI	1	0
UNIVERSAL MADEIRAS LTDA	101	0
INDUSTRIAS ARTEFAMA SA	<u>72</u>	<u>0</u>
	294	0

13 Outras Contas a Pagar

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
CVG - Cia Volta Grande de Papel	0	1.352
Empreiteiros/Freteiros a pagar	<u>994</u>	<u>0</u>
	<u>994</u>	<u>1.352</u>

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital social subscrito é de R\$ 25.000, representado por 25.000.000 ações ordinárias nominativas, pertencentes aos seguintes acionistas:

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Número de ações	
	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Fundo de investimento em participações - Lacan Florestal	24.999.999	24.999.999
Guilherme Ferreira de Oliveira	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>25.000.000</u>	<u>25.000.000</u>

Durante o exercício de 2020, houve integralizações de capital, no montante de R\$ 21.401 nos dias 24 de abril, 13 de maio, 19 de maio e 30 de julho (2019 - R\$ 0), correspondente a 21.401.00 ações (2019 - 0.00 ações).

Todas as integralizações de capital foram feitas pelo fundo de investimento em participações - Lacan Florestal III.

(b) Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

(c) Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício para reserva legal, ao qual não deverá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social, quando aplicável.

(d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o conselho de administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro.

(e) Reservas de lucro

As reservas de lucro serão compostas pelo resultado do exercício corrente e acumulado de anos anteriores que ainda não tiveram sua destinação deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reinvestidos ou distribuídos aos acionistas da Companhia.

15 Receita Operacional Líquida

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Receita Bruta da venda de produtos florestais	27.263	0
(-)devolução de Vendas	-34	0
(-) Impostos sobre venda	<u>-2.694</u>	<u>0</u>
	<u>24.535</u>	<u>0</u>

Imbuia Florestal S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Custos com Sicultura e Manutenção

	<u>2.021</u>
Custo exaustão	3.468
Custo de Colheita e Carregamento	4.303
Outras despesas de Colheita	1
Manutenção florestal	239
Custos Pré-Corte	<u>187</u>
	<u>8.199</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>2.021</u>
Despesa com pessoal	-1.295
Despesa com consultoria	-10
Despesa Honorário Advocatício	-6
Depreciações e amortização	-0
Despesa com serviços de contabilidade	-37
Despesas com serviços de terceiros	-71
Despesas com viagens	
Outras	<u>-5.628</u>
	<u>-7.046</u>

18 Resultado financeiro, líquido

	<u>2.021</u>
Receitas financeiras	
Rendimento das aplicações financeiras	<u>459</u>
	<u>459</u>
Despesas financeiras	
Multas, juros e tarifas bancárias	-1.359
Juros de arrendamento	-1.095
	<u>-2.454</u>
Resultado financeiro líquido	<u>-1.994</u>

19 Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de Mercado - taxa de juros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das outras contas a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo:

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

(a)	Risco de crédito	
		<u>2.021</u>
Caixa e equivalentes de caixa		<u>5.077</u>
		<u>5.077</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

(b)	Risco de liquidez		
		<u>2.021</u>	
		<u>Valor contábil</u>	<u>2 meses ou menos</u>
Fornecedores		<u>19</u>	<u>19</u>
		19	19

Risco de mercado - taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado.

Imbuia Florestal S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui ativos atrelados a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), pois, sua política de gestão de risco inclui a opção por investimento em aplicações de baixo risco, portanto não a risco de perda relevante com os ativos.

20 Contingências

Atualmente a Companhia não tem contingências passiva sob custódia de seus assessores jurídicos, por conta disso não existe provisão em seu balanço ou divulgação de processos classificados com o risco de perda possível.

21 Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2021, a Companhia não registrou despesas com salários e benefícios de seu pessoal-chave.

22 Impacto Covid-19

A Companhia está acompanhando com toda a atenção a evolução da pandemia do Covid-19 e está adotando todas as medidas necessárias para lidar de forma responsável e eficaz com essa situação. A prioridade da companhia nesse momento, é proteger a saúde e o bem-estar de seus colaboradores, ao mesmo tempo em que busca minimizar os riscos decorrentes da pandemia do Covid-19 para o seu negócio.

Até o presente momento, as operações da companhia não foram afetadas pela pandemia em função dos longos ciclos de seus projetos e perfil dos produtos produzidos por seus principais clientes, parte de uma cadeia produtiva de produtos essenciais. Não são esperados efeitos negativos relevantes na geração de caixa prevista para o ano que possam gerar necessidade de financiamento ou aportes dos quotistas em função da Covid-19.

* * *

Alexandre dos Santos Bomfim
Diretor-Presidente

Contador. Mario da Silva
CRC 017.817/0